

“Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa¹

Alexandre Bergamo²

Resumo

O presente artigo discute como, nos anos de 1980 e 1990, foram delineadas importantes formas de dominação e estratégias simbólicas no jornalismo brasileiro. Para tanto, discute as mudanças no mercado de trabalho dos jornalistas, o impacto da exigência legal do diploma para o exercício da profissão, a ampliação do número de escolas e a importância da adoção de regras próprias para a redação jornalística visando à consolidação de um modelo de trabalho e de escrita profissional. Mostra como no conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas, que marcou o período, estavam em jogo modificações nas formas de trabalho e de percepção do ofício, nos critérios de hierarquização e de recrutamento social, assim como em sua identidade profissional.

Palavras-chave: Jornalismo brasileiro. Identidade profissional. Diploma de jornalismo. Campo do jornalismo. Sociologia da cultura.

I Introdução

O jornalismo é uma atividade profissional que se define – autodefine – pela “produção de notícias”. Embora esta seja, nos dias de hoje, a definição mais aceita para a profissão, não é a única. Durante muito tempo, sua principal definição foi a “reportagem”: a busca de informações “verídicas”

1 Esta pesquisa foi desenvolvida com recursos de uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2).

2 Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: a_bergamo@hotmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

e o esclarecimento público das questões políticas e sociais. Embora a "reportagem" ainda seja considerada a "definição clássica" para a profissão, sua essência mesma, impera nos dias de hoje a visão de que o jornalismo é "noticioso" (BERGAMO, 2011). Entre os dois termos, parece não haver muitas diferenças. Afinal, a informação de que se se reveste um jornal pode ser tanto "notícia", uma vez que anuncia e trata de novos acontecimentos, quanto uma "reportagem" ou o resultado de um trabalho de apuração especificamente jornalístico.

No entanto, entre os próprios jornalistas, "notícia" e "reportagem" são termos que designam práticas de trabalho e, principalmente, de escrita distintas. Escrever uma "notícia" não é equivalente a escrever uma "reportagem". Não se trata, portanto, de uma mudança terminológica de menor significação. Ao contrário, as transformações que podem ser observadas nos usos e na variação de significados e de importância entre os dois termos são reveladoras de uma série de mudanças na profissão: nas suas condições de trabalho, nos seus critérios de inserção e de legitimação profissionais, em sua própria identidade profissional.

A introdução, em certo mercado de trabalho, de novas atividades e a eliminação de outras tantas tendem, sempre que ocorrem, a tensionar os modelos de exercício profissional então existentes, deles exigindo ajustes e reformulações. No caso do jornalismo brasileiro, a "reportagem" continua sendo a "definição clássica" para se pensar a profissão. No entanto, a afirmação, hoje, de que o jornalismo é "noticioso", se lembrarmos de que "notícia" e "reportagem" correspondem a gêneros diferentes de escrita e de tratamento dos fatos, tende a tensionar a "definição clássica" para o ofício e, com isso, também sua própria identidade profissional.

Mais do que tão somente gêneros jornalísticos, "notícia" e "reportagem" traduzem as desigualdades das posições ocupadas no interior da profissão a partir dos anos de 1980 (BERGAMO, 2014). Especificamente no caso brasileiro, em que o diploma de jornalista foi uma exigência legal para o exercício da profissão, que vigorou de 1969 a 2009, produziu-se uma tensão capaz de opor não apenas a "notícia" e a "reportagem", mas capaz igualmente de opor, de um lado, as empresas de informação e, de outro, as escolas de jornalismo.

A linguagem jornalística, tema insistentemente discutido nesse período, passou a ser fortemente modelada por relações hierárquicas e por critérios de legitimação, fossem estes pensados dentro de um mesmo veículo ou uma empresa de comunicação, fossem entre os diferentes veículos que estruturam a “indústria da informação” – a qual opera em nível nacional ou, mesmo, internacional. A ideologia da “objetividade”, dos “fatos pelos fatos”, no entanto, tendeu a mascarar a desigualdade das formas de utilização da linguagem imposta pelas regras de dominação próprias ao ofício, desviando sua atenção (BERGAMO, 2011, 2014; MIGUEL; BIROLI, 2010; BIROLI; MIGUEL, 2012).

A exigência do diploma para o exercício da profissão, a crescente centralização da indústria da informação no Brasil, a sistematização do trabalho profissional sobre a escrita e a ampliação do mercado de trabalho para além das atividades desenvolvidas na imprensa foram algumas das transformações pelas quais passou o jornalismo brasileiro e que estavam no centro das controvérsias desses profissionais. O resultado disso foi um rearranjo em suas relações de poder, em sua identidade profissional e, também, no lugar ocupado pelo jornalismo na dinâmica cultural brasileira. São tensões que repercutiram e modelaram as formas jornalísticas, suas relações de poder e seus critérios de legitimidade, assim como os nexos entre a profissão, a política e a cultura³.

Neste artigo, serão discutidas algumas das transformações ocorridas nos anos de 1980 e 1990, em especial aquelas relativas ao trabalho na imprensa escrita. Sem pretender desprezar as mudanças ocorridas no telejornalismo⁴, que passou igualmente por uma significativa transformação no mesmo período, o objetivo principal deste texto é compreender, em linhas gerais, as relações de poder e as tensões produzidas na relação entre a

3 Estou me baseando, aqui, para a análise dos nexos entre a forma jornalística, suas relações de poder e as transformações sociais, nos problemas e nos métodos próprios à sociologia da cultura (AUERBACH, 1998; WAIZBORT, 2004; ELIAS, 2001; BOURDIEU, 1996).

4 Para uma análise mais detida da linguagem, dos critérios de seleção de informações e das relações de poder no telejornalismo brasileiro, ver Bergamo (2011). Em termos “estruturais”, as análises e conclusões deste texto a respeito das relações de poder e das tensões entre as empresas de comunicação e as escolas de jornalismo são, em grande medida, extensivas ao telejornalismo. Contudo, as demais características, aquelas mais específicas do telejornalismo, não serão discutidas neste artigo.

ampliação do número de escolas de jornalismo e a crescente centralização de poder das empresas de comunicação. Nesse conflito, dois diferentes capitais simbólicos estavam em disputa. De um lado, o diploma e a formação universitária; de outro, o autodidatismo e a aprendizagem prática no ambiente das redações.

2 O Conflito entre os “Antigos” e os “Novos” Jornalistas nos Anos de 1980 e 1990

Os anos de 1980 e 1990 representaram, para o jornalismo brasileiro, um período de profundas transformações no mercado de trabalho e também de intensos debates sobre a profissão, debates esses que ficaram marcados na memória de seus profissionais como o conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas. Os “antigos” seriam aqueles que já trabalhavam há certo tempo na profissão e, principalmente, não possuíam o “diploma de jornalista”, exigência legal que se impôs a partir de 1969. Os “novos” seriam justamente aqueles profissionais que haviam sido formados pelas recém-criadas escolas de jornalismo, cujo número aumentava com o passar dos anos⁵. A chegada deles às redações, saídos diretamente das escolas de jornalismo, abalava pouco a pouco valores e procedimentos de trabalho já instituídos. Com eles chegavam e eram implantadas, coincidentemente, diversas mudanças tecnológicas, as quais tiveram, igualmente, profundo impacto sobre as rotinas de trabalho, produção e circulação de informações⁶.

5 Para evitar confusões, o termo “escola” será aqui utilizado especificamente para os Cursos Universitários, aqueles que “diplomam” jornalistas, e o termo “cursos” para os Cursos – rápidos – de Formação Profissional oferecidos pelas grandes empresas de comunicação àqueles que pretendem ingressar em seus quadros. Eram 18 escolas até os anos de 1970. Em 2000, o Brasil contava já com 136 escolas de jornalismo, a maior parte delas na região sudeste. Em 2012, eram mais de 300 (MICK, 2012). De acordo com dados do e-MEC (consulta em 08 de novembro de 2017), o Brasil tinha, em 2017, 407 escolas de jornalismo em atividade, sendo 67 (16,5%) delas em instituições públicas e 340 (83,5%) em instituições privadas. Além destas, havia também seis instituições privadas que ofereciam cursos a distância. Não se trata de um número desprezível se levarmos em conta que em apenas três delas eram oferecidas, somadas, 19.050 vagas: 1.000 na UNINTER, 9.950 na UNINTA e 8.100 na UNINASSAU.

6 Processo que se iniciou em 1984 na *Folha de São Paulo*, depois seguido por outros jornais diários. Este é também o ano em que a *Folha* publica seu *Manual de Redação*, como veremos adiante, igualmente seguido depois pela publicação de outros Manuais, também de autoria de outros jornais diários. Há trabalhos que tratam especificamente da informatização das redações dos jornais diários e das mudanças nas condições de trabalho que ela ocasionou, como os de Baldessar (2003) e Barbosa (2013). São trabalhos importantes cujo foco central é a história da imprensa e a mudança nas relações de trabalhos ocasionadas pela introdução das novas tecnologias.

Esse foi também o período de importantes publicações “em livro” para a área, as quais ajudaram a consolidar a imagem de um modelo profissional⁷. Jornalistas prestigiados se dedicaram a elaborar “memórias” profissionais nas quais estavam em jogo não apenas suas experiências pessoais, mas também a valorização de um modelo de trabalho e de escrita: a reportagem⁸. Contudo, não qualquer reportagem. Ali estavam materializadas as memórias e os exemplos de jornalistas que haviam atravessado o período do Regime Militar brasileiro. Tratava-se, nesse contexto, da defesa de um modelo específico de profissional, o “repórter combatente”, que fazia do jornalismo uma arma de denúncia contra os dominantes e os poderosos⁹. Para esses jornalistas, a “verdade” – termo de fundamental importância para a profissão –, antes de ser um direito, era, naquele momento, um dever¹⁰.

Os anos de 1980 e de 1990 foram também atravessados pela publicação de importantes *Manuais de Redação e Estilo* da profissão, os quais, embora iniciativa de algumas das maiores empresas de comunicação do período, passaram a ser largamente utilizados pelas escolas de jornalismo e ajudaram a consolidar certos modelos de exercício profissional, em especial por meio do trabalho sistemático sobre a escrita e, com isso, sobre a própria

Diferentemente deles, no entanto, quero enfatizar neste artigo outro aspecto dessa história: a ampliação das atividades e do mercado de trabalho impulsionada pela formação continuada de “jornalistas diplomados”. Nesse sentido, pensar a “história do jornalismo brasileiro” equivale a pensar, a partir dessa ampliação do mercado de trabalho ocorrida no período, também os espaços “extrarredação” ocupados por esses profissionais.

- 7 Como já foi demonstrado por Ruellan (1993), o cinema também foi, antes disso, de fundamental importância para a consolidação da imagem do jornalista/repórter. No Brasil, não há ainda um trabalho mais sistemático que explore essa relação, apenas trabalhos pontuais, dentre os quais se destacam os de Senra (1997), de Travancas (2001), de Berger (2002) e Santos (2009). Ainda está para ser mais aprofundada a relação entre as publicações de jornalistas em livros e em jornais, entre os diferentes espaços de liberdade e de autonomia para a escrita neles existentes, de como e por que a “reportagem” se deslocou, durante esse período, da grande imprensa para o mercado do livro. Uma primeira e importante análise dessa relação pode ser encontrada em Moraes (2017).
- 8 Em alguns deles, por meio da literatura, o trabalho como jornalista também era posto em discussão. Ver, por exemplo: Faerman (1979), Antonio (1986), Kotscho (1986), Abramo (1988), Wainer (1988), Dimenstein e Kotscho (1990), Barcellos (1992), Cony (1995), Ribeiro (1998), Dantas (1998).
- 9 Alguns desses livros ganharam classificações e análises específicas na área de teoria literária. É o caso do “romance-reportagem” e do “livro-reportagem”. Sobre isso, ver os trabalhos de Cosson (2007) e Ferreira Jr. (2003).
- 10 Tradicionalmente, no jornalismo, a “reportagem” é considerada um gênero nobre e marcadamente autoral, no qual podem ser encontradas as impressões e a narrativa do jornalista. No caso brasileiro, a denúncia e o engajamento político colaboraram para imprimir suas características ao gênero durante o período.

“forma jornalística”¹¹.

Mas não apenas as grandes empresas de comunicação publicaram seus *Manuais*. Profissionais ligados à Universidade lançaram, igualmente, “manuais” e “guias” para a boa escrita jornalística voltados especificamente para os alunos das escolas de jornalismo. Alguns desses manuais foram publicados ainda nos anos de 1970 e, durante as décadas subsequentes, ganharam novas versões ou edições¹².

É durante os anos de 1980 e 1990 que esses manuais, portanto, tanto os das empresas de comunicação quanto os de jornalistas ligados à Universidade, se consolidam como importantes “referências” para a “escrita profissional jornalística”.

Também nesse período começaram a ser publicadas importantes obras acadêmicas, algumas em livro, as quais colaboraram tanto para a construção de uma “memória” da profissão quanto para a consolidação da reportagem¹³, em especial a de crítica ao sistema, como modelo do jornalismo (KUCINSKI, [1991] 2003; TRAVANCAS, 1993)¹⁴.

11 São os Manuais dos jornais *Folha de São Paulo* (1984), *O Estado de São Paulo* (1990) e *O Globo* (1992), assim como o da *Editora Abril* (1990) voltado para a escrita em “revistas”, publicações nas quais a editora investia desde os anos de 1950.

12 É o caso, por exemplo, do livro de Juarez Bahia que ganha uma edição em 1972 e outra, ampliada, em 1990, seguida por subsequentes reimpressões (BAHIA, 1972, [1990] 2009). A tese de doutorado de Cremilda de Araújo Medina é publicada em 1978 e se torna uma importante referência (MEDINA, 1978). Em 1993, nova tese de doutorado é publicada, dessa vez de Oswaldo Coimbra (1993), ainda que não seja a obra mais frequentemente citada. Três outros autores marcam o período: Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1978, 1986) e, principalmente, Nilson Lage, este último com a publicação de “manuais” que foram se adaptando às mudanças no mercado e, portanto, às mudanças sobre as formas de escrita. É o autor com o maior número de reedições (LAGE, 1979, 1985a, 1985b).

13 A tese que serve de base para muitos dos trabalhos que vieram depois é, como já citado, a de Medina (1978).

14 Na França, por exemplo, esse foi o período de surgimento e consolidação de um campo específico de pesquisadores, historiadores e sociólogos, mobilizados em torno da discussão sobre a história da profissão, as transformações no mercado de trabalho, sua identidade profissional, suas desigualdades e relações de poder (RIEFFEL, 1984; FERENCZI, 1993; RUELLAN, 1993, 1997; DELPORTE, 1995; MARCHETTI, 1997). Por meio desses trabalhos, estabeleceram-se parâmetros de análise, definiram-se categorias, fontes e problemas de pesquisa que se tornaram “modelos” para as pesquisas que vieram depois. No Brasil, diferentemente, o jornalismo não constituiu um “campo específico de conhecimento” entre historiadores ou sociólogos, ainda que importantes trabalhos sobre a imprensa e a censura tenham sido publicados, em especial por historiadores (SODRÉ, 1966; CARNEIRO; KOSSOY, 2003; KUSHNIR, 2003, 2004; apenas para citar algumas das publicações mais relevantes). Na sociologia, o jornalismo foi tratado, nesse período, muito mais como parte de uma temática maior para a qual as indagações se voltavam, a “indústria cultural” (GOLDENSTEIN, 1987, 1992; PINHEIRO; BERGAMO,

Evidentemente, as transformações ocorridas nesse período foram vivenciadas de diferentes maneiras, seja pelos “antigos” jornalistas, seja pelos “novos”, uma vez que, para ambos, diferentes valores, modelos e oportunidades profissionais estavam implicados. De certa maneira, o debate em torno do conflito entre “antigos” e “novos” ajudou a desviar a atenção de outros aspectos. Os próprios termos utilizados até hoje para se referir a esse conflito, “antigos” e “novos”, têm pouco valor se tomados como expressivos tão somente de um “conflito geracional”. Por um lado, havia, entre os “novos”, “antigos” jornalistas que se colocam contra valores e relações de trabalho já consolidados, os quais necessitavam, de acordo com esses profissionais, serem revistos. E, por outro lado, muitos dos “novos” jornalistas partilhavam valores já consolidados pelos “antigos”, colocando-se contra as mudanças que estavam ocorrendo.

O depoimento de Bernardo Kucinski, que, em termos “geracionais”, seria um desses “antigos” e mais importantes jornalistas, pode nos ajudar a ver a imprecisão dessa terminologia quando utilizada para servir tão somente como demarcador de um “conflito geracional”, conforme se verifica no artigo, publicado no *Boletim Intercom*:

Essa nova tecnologia de você compor a sua matéria no teclado eletrônico que tem memória e que também diretamente com as máquinas de composição e tal, eu acho que é realmente uma revolução. Eu trabalho com uma maquininha desta já faz quase um ano. [...] O Aguinaldo Silva fez um anúncio correto: a relação sua com o aparelho fica sendo uma relação lúdica. Você brinca com o aparelho. Você constrói o pensamento ao mesmo tempo em que constrói a frase, você vai modificando o pensamento, muda de ideias, desloca, depois imprime. [...] Não tem comparação: a mente fica livre, a imaginação desata, começa voar numa maquininha dessas porque você está brincando, pensando e compondo, entende? Enquanto na máquina comum você fica preso às palavras que já datilografou. (*Boletim Intercom*, nº 55, 1986, p. 20).

Como “marcadores geracionais”, “antigos” e “novos” são, portanto, imprecisos. São, mais corretamente definindo, indicadores dos conflitos

2018). Enquanto “campo de saber específico”, o jornalismo, no Brasil, teve seu desenvolvimento, em grande medida, vinculado aos programas de pós-graduação em comunicação que surgiram nesse mesmo período. É produto, portanto, em sua maioria, de jornalistas, e não de historiadores ou sociólogos de formação. Mas é importante também notar trajetórias cruzadas que geraram importantes trabalhos, em especial de jornalistas de formação que desenvolveram teses nas áreas de História ou Ciências Sociais, como Marialva Barbosa (2000, 2007, 2013) e Isabel Travancas (1993).

em torno dos “marcadores identitários” da profissão, os quais traduzem disputas por “antigas” e “novas atividades no mercado de trabalho”, assim como por “antigos” e “novos significados para a profissão” num contexto de amplas mudanças culturais, sociais e políticas.

No entanto, ainda que imprecisa, essa terminologia é reveladora tanto das cisões que vinham ocorrendo na profissão quanto dos significados a elas atribuídos. Em grande medida, a utilização dos termos possibilitava a esses jornalistas uma “autodefinição” frente às mudanças no mercado de trabalho. Mais importante, portanto, que questionar a “validade” desses termos é compreender quais os significados a eles atribuídos, assim como as transformações que estiveram por trás de seu uso.

Para uma parcela dos – então chamados – “antigos” jornalistas, essas mudanças eram vistas claramente como uma ameaça, como podemos ver no depoimento abaixo, de Ricardo Kotscho (1998, p. 187):

No *Estadão* dos anos 60, cada repórter, e eram mais de trinta só na reportagem geral, tinha que ter suas fontes, ser seu próprio pauteiro, caçar notícia, como se dizia [...].

Fora os setoristas, que já saíam de casa sabendo para onde ir e o que fazer, os demais tinham mesmo era que matar um leão por dia, sem saber onde. Primeiro, claro, era preciso achá-lo – se possível, antes da concorrência.

Como não tinham inventado os filhos da pauta, todo mundo, do porteiro da redação ao motorista da reportagem, passando pelos donos do jornal, perseguia um negócio chamado “furo”, a notícia quente, exclusiva, inédita, o fato que ninguém havia descoberto antes.

Quando você vai hoje a uma redação, pode achar que errou de endereço e entrou por engano numa repartição pública. Encontra lá cada um quietinho diante do seu terminal, cumprindo uma função determinada pelo manual, burocraticamente. Se alguém falar um pouco mais alto ou dar uma risada já é logo estigmatizado como maluco.

Se trazer uma informação não prevista na pauta, então, uma *novidade* sobre a qual ninguém está falando, corre o sério risco de ser deletado no próximo passarelho (o falo voador que, vira e mexe, pousa nas redações). Só os telefones ainda funcionam freneticamente. Se eles saírem do ar, corre-se o risco de não ter jornal no dia seguinte. Como a maioria do povo não tem telefone, fica fora da pauta.

Dessa forma, construíram-se ao longo dos últimos anos algumas carreiras coroadas na nossa imprensa só por telefone, sem que se tenha registro de algum furo ou reportagem exclusiva cometidos por seus proprietários. Sem passarem pela reportagem, pularam diretamente da academia para cargos de chefia [...]. Nada de comer poeira e sujar os sapatos para conhecer pessoalmente a realidade em que vive o chamado povo brasileiro. Por isso, tantos idolatram os professores doutores, as teses, as teorias, até por falta de prática.

De certa forma, nesse depoimento podemos observar uma síntese de muitos dos aspectos envolvidos nas transformações ocorridas durante os anos de 1980 e 1990, entre eles a visível “ameaça” a práticas e valores então estabelecidos: a defesa da reportagem como base para a atividade jornalística, mas também a gradativa diminuição do número de repórteres nas posições de comando da profissão; a reorganização da rotina de trabalho em função da pauta; a crescente importância do diploma e, portanto, da universidade; e uma clara mudança na escala de valores da profissão.

Outro importante aspecto presente no depoimento é seu tom de agressividade manifesto contra os “novos”, aqueles formados pelas escolas de jornalismo, em especial no uso da expressão “filhos da pauta”. A linguagem utilizada estava claramente preocupada em demarcar uma fronteira entre esses profissionais. Primeiramente, uma “fronteira temporal”, separando o jornalismo feito “antes” – das mudanças – daquele feito “depois”. Em segundo lugar, uma “fronteira social” opondo dois diferentes capitais simbólicos em disputa no campo jornalístico. De um lado, o autodidatismo e a experiência profissional dos “antigos” jornalistas, de outro, o diploma e a formação universitária dos “novos”¹⁵.

Para uma parcela significativa – e importante – desses profissionais, as transformações pelas quais vinha passando o jornalismo nos anos de 1990, momento em que esse depoimento foi redigido, estavam, em grande medida, relacionadas à cobrança do diploma para o exercício da profissão. Essa foi uma exigência legal que vigorou de 1969 a 2009, revista justamente em função do intenso debate que era – e ainda é – feito na área. A continuidade desse debate ao longo de todos esses anos demonstra, por sua vez, o quanto são imprecisos esses termos enquanto “marcadores geracionais”. A questão central, e que ainda permanece atual, é aquela ligada às transformações no mercado de trabalho, dentre as quais a redefinição de critérios para o recrutamento social da profissão. O uso dessa terminologia,

15 A pauta é um dos temas presentes no livro do mesmo Ricardo Kotscho publicado na década de 1980 (KOTTSCHO, 1986). No entanto, o tom de agressividade direcionado às “novas carreiras” feitas “sem a passagem pela reportagem” está ausente, assim também como aos que saíram da Universidade “diretamente para cargos de chefia” e àqueles que “idolatravam os professores doutores”. Há uma crítica à “pauta”, sim, mas direcionada àqueles que, em uma redação de jornal, assumiam uma postura passiva e “não saíam atrás da notícia”. Esses eram os “filhos da pauta” de então.

“antigos” e “novos”, corrente à época, deliberadamente não permite entrever o capital de relações sociais mobilizado por esses profissionais para a inserção e a ascensão na carreira. Eles são a face visível, manifesta, de diferentes práticas e capitais sociais, não perceptíveis para aqueles que se situavam fora do campo, mas imediatamente compreensíveis para aqueles que dele participavam¹⁶.

A exigência do diploma era vista, por uma parcela desses profissionais, como parte da estratégia do Regime Militar para silenciar as críticas ao Governo, tendo como principal propósito a substituição de profissionais militantes e de esquerda por novatos “apolitizados” recém-saídos das escolas de jornalismo (ABRAMO, 1988; ALBUQUERQUE; SILVA, 2007). Contudo, ela estava também ligada a uma forte pressão sindical a fim de assegurar mercado de trabalho para a categoria (SILVA, 2007).

A expressão “filhos da pauta”, por exemplo, dizia respeito, em grande medida, à acusação que recaía, muitas vezes, sobre esses “novos” jornalistas: de alienação, de falta de capacidade crítica ou de passividade frente às mais diversas formas de poder. Mas é importante perceber que, no uso dessa expressão, estão também implicadas novas rotinas de trabalho e novos valores profissionais. Os “novos diplomados” incarnavam, nesse contexto, as próprias mudanças em curso.

Ao longo dos anos de 1970, os egressos das escolas de jornalismo não representavam uma ameaça. Contudo, no final da década, com a criação da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), entidade que concentrava profissionais e pesquisadores ligados às escolas de jornalismo então existentes, o conflito entre “antigos” e “novos”

16 Apenas uma análise mais circunstanciada das diferentes redações jornalísticas poderia mostrar o desigual capital de relações sociais que nelas operavam e que eram deliberadamente omitidos na designação dos grupos por meio dos termos “antigos” e “novos”. Além disso, pelas suas próprias características estruturais, ainda que as posições de maior prestígio estejam nas grandes empresas de comunicação situadas no eixo Rio – São Paulo, onde pode ser encontrada a “elite” da profissão e onde se concentra a recepção e a transmissão de notícias e matérias, o jornalismo torna possível a constituição de “elites locais” onde operam diferentes capitais sociais, tanto em nível municipal quanto estadual, uma vez que são os municípios e estados que enviam matérias para as grandes empresas, assim como retransmitem as que lhes são enviadas. Ou seja, a oposição terminológica expressa por esses termos, “antigos” e “novos”, pode não necessariamente expressar práticas e capitais sociais equivalentes em todos esses diferentes contextos e espaços de trabalho.

ganhou novo fôlego e, claramente, contornos institucionais, opondo, de um lado, as grandes empresas jornalísticas, e, de outro, as escolas, tendo à sua frente a Intercom¹⁷. No entanto, no depoimento de Kotscho, do final dos anos de 1990, esses egressos já representavam uma evidente ameaça. Posições de comando, que antes eram ocupadas pelos mais “experientes”, passaram a ser ocupadas também por esses egressos aos quais os mais antigos na profissão precisavam se submeter. Muito claramente, portanto, a balança de poder no interior do jornalismo começava a pender para outro lado. O capital de relações sociais necessário para se chegar às posições de maior autoridade se modificava. É bem possível que essa mudança fosse sentida, por alguns desses profissionais, como irreversível, como algo – o “novo” – que gradativamente se impunha – ao “antigo”.

É expressivo disso que o trabalho de Isabel Travancas (1993), por exemplo, publicado no início dos anos de 1990, dedique parte substancial de suas observações à oposição entre “antigos” e “jovens” profissionais¹⁸ e destaque, no capítulo referente aos “jovens”, depoimentos que exemplificam o caráter “a-político” ou “mercadológico” dessa nova geração¹⁹, já devidamente instalada em posições de comando e autoridade, como demonstra o seguinte trecho:

Minha função de chefia é mandar os repórteres para a rua cobrir os fatos. Não comungo com a ideologia da empresa, mas sou parte da engrenagem. E é fácil conviver com isso. Eu alugo minha força de trabalho, não minha cabeça. E é assim em todos os jornais. Não me firo, nem prejudico ninguém. Procuro fazer o meu trabalho o melhor possível. (TRAVANCAS, 1993, p. 94).

A acusação de “despreparo” desses jovens diplomados e a preocupação com a baixa qualidade do ensino de jornalismo eram temas recorrentes²⁰. A questão central nas discussões sobre a formação de jornalista girava em

17 Além, evidentemente, da FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), que já atuava no sentido de garantir mercado de trabalho para todos aqueles diplomados em jornalismo.

18 Essa mesma polarização entre as gerações pode também ser observada no artigo de Fernanda Peixoto (1998).

19 Nesse sentido, e especificamente a respeito do conflito entre a *Folha de São Paulo* e a USP, ver o artigo de Aline Chiaramonte e Ana Paula Hey (2018).

20 São tão recorrentes que, mesmo entre os defensores das escolas, podem ser observadas. Ver, por exemplo, Jambeiro (1984).

torno da "prática profissional", já que ela representava – e ainda representa – o mais importante capital simbólico da profissão. Em função disso, intensas disputas passaram a ocorrer, a partir desse período, anos de 1980 e 1990, em torno da "legitimidade do aprendizado prático" para a profissão, opondo as escolas de jornalismo e as grandes empresas de comunicação.

Por um lado, os "jornais laboratórios" das escolas de jornalismo eram – e continuam sendo – peças-chave nas disputas entre, de um lado, as grandes empresas de comunicação e, de outro, as escolas de jornalismo. No final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, momento em que a "ideologia" e o "poder" dominantes deveriam ser denunciados e evitados, os "jornais-laboratório" das escolas de jornalismo davam fôlego a um discurso que tentava afastar o aluno de um contexto mais propício à "inculcação ideológica" para aproximá-lo mais da "realidade de sua prática profissional", e com isso da própria imagem do "repórter combatente" (MELO; FADU; SILVA, 1979). Como se tratava de peça-chave na disputa por legitimidade junto ao campo do jornalismo, as conquistas "legais" ao longo da década de 1980 – aprovação de leis específicas e de recursos voltados para os jornais laboratórios das escolas – eram frequentemente objeto de comemoração nos Boletins da Intercom.

Por sua vez, também as grandes empresas de comunicação estavam preocupadas em garantir para si a "legitimidade do aprendizado prático de jornalismo" e, com isso, lançaram seus próprios Manuais de Redação²¹ e seus próprios Cursos de Formação Profissional. Publicados em forma de livro e com o objetivo de serem amplamente divulgados, os Manuais dos anos de 1980 e 1990 tinham a clara preocupação de demarcar prestígio e importância cultural, e principalmente profissional, para seus jornais frente às escolas então existentes de jornalismo. Também como estratégia para firmar prestígio e consolidarem seu lugar de "legitimidade na aprendizagem prática" do jornalismo, instituíram seus próprios Cursos de Formação Profissional. Para essas empresas, mais importante que o diploma passou a ser a formação oferecida por esses Cursos.

21 São os já citados *Manuais* dos jornais *Folha de São Paulo* (1984), *O Estado de São Paulo* (1990), *O Globo* (1992) e o da *Editora Abril* (1990), este último voltado para a escrita em "revistas".

Para além dessa polarização do conflito entre escolas de jornalismo, de um lado, e grandes empresas de comunicação, do outro, a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas) lança, em 1985, como parte da luta em defesa do diploma universitário e para garantir mercado de trabalho para a categoria, seu primeiro Manual de Assessoria de Imprensa. A iniciativa demonstra que, já naquele momento, o mercado de trabalho tinha se alterado de maneira significativa, de forma que “novas funções” precisavam ser levadas em consideração e ajustadas aos valores e códigos profissionais então vigentes.

O conjunto dessas publicações (os livros que ajudaram a consolidar a imagem do “repórter combatente” como modelo profissional, as teses sobre a história ou a identidade profissional do jornalista, os Boletins da Intercom, os Manuais de Redação das grandes empresas de comunicação e também dos profissionais ligados à Universidade, assim como o Manual de Assessoria de Imprensa da FENAJ) dos anos de 1980 e 1990 – dentre outras iniciativas, como os cursos de formação profissional das grandes empresas – é representativo das mudanças ocorridas nas relações de poder e nas formas de dominação que passaram a marcar o jornalismo brasileiro a partir desse período, as quais tiveram impacto não apenas sobre o recrutamento social da profissão e sua “identidade”, mas também sobre os recentes esforços de elaboração de uma memória e de uma história para a profissão (BERGAMO, 2011, 2014).

3 A Disputa pelo “Direito Legítimo de Transmissão da Prática Profissional”

Entre as mudanças ocorridas no período, uma está diretamente ligada tanto à identidade profissional do jornalista quanto a seus critérios de hierarquização e às suas formas de dominação: a gradativa separação entre “reportagem” e “notícia”. Para as novíssimas gerações de jornalistas, essa separação é evidente, uma parte indissociável de sua prática cotidiana, como se ela sempre tivesse feito parte da profissão. No entanto, essa separação é resultado de um processo que se inicia, se tomarmos como base os *Manuais*

de Redação da profissão, nos anos de 1970²². A edição de 1972 do *Jornal, História e Técnica*, de Juarez Bahia, por exemplo, não fazia uma separação rígida entre os termos. Havia uma distinção, sim, mas entre tipos de notícias, entre as mais informativas ou aquelas mais interpretativas:

Na notícia interpretativa há uma inegável influência das novas técnicas de difusão e comunicação. Sem ser opinativa, ela deve conter tantos elementos explicativos quanto possíveis, contribuindo para levar o leitor a discernir mais concretamente, a estabelecer paralelos e a julgar com mais segurança. (BAHIA, 1972, p. 176).

Muito diferente é a edição de 1990, que traz capítulos específicos tanto para a notícia quanto para a reportagem, quando esta passa a ser definida como uma notícia que deu “um salto”:

O salto da notícia para reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação – em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota – e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética. (BAHIA, [1990] 2009, p. 61-62).

Não se trata de uma mudança tão somente terminológica: a “reportagem”, antes base da atividade jornalística, a qual consistia na saída da redação para a “rua” buscando cobrir os fatos e acontecimentos, e só depois retornando à redação para redigir as notícias, converte-se não apenas na própria “essência” do jornalismo, mas, principalmente, na atividade de maior prestígio da profissão. É nesse momento, quando ela passa a representar a atividade de maior prestígio que se processa sua separação com a mera “notícia”.

Pouco a pouco a “reportagem” passa a ser o lugar para a interpretação e o aprofundamento das questões. Embora persistisse certa indefinição quanto à distinção entre os termos no final dos anos de 1970, é nesse momento que a mudança começa a ser observada. A confusão entre os termos é tema de debate, por exemplo, em *Ideologia e Técnica da Notícia*, de Nilson Lage, publicado em 1979. E, em 1985, o mesmo Nilson Lage coloca a seguinte questão em *Estrutura da Notícia*: “Terá longo futuro a notícia em

22 Não apenas os *Manuais*, mas também os *Dicionários* da profissão publicados a partir de final dos anos de 1970.

jornal diário? Provavelmente não. [...] O futuro do jornal parece estar mais ligado à reportagem” (LAGE, 1985b, p. 46). Como todos nós sabemos, no entanto, após esse período compreendido pelas décadas de 1980 e 1990, o jornalismo brasileiro passará a autodefinir-se muito mais em função da “notícia” que da “reportagem” (BERGAMO, 2011).

No *Dicionário de Comunicação* de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa, elaborado com a colaboração de Muniz Sodré, publicado originalmente em 1978 (com reedições em 1987 e 1995), a “reportagem” está associada ao trabalho de pesquisa e apuração para a confecção de uma “notícia”, portanto, não sendo ainda um gênero específico:

Considera-se incorreto designar reportagem como um tipo de notícia descritiva, mais apurada e ampla, acompanhada com documentação e testemunhos. Na verdade, esse tipo de notícia é resultado de uma reportagem, e não a reportagem em si. (RABAÇA; BARBOSA, 1978, p. 405).

A distinção que prevalecerá nas décadas seguintes está em *Notícia: um produto à venda*, de Medina, publicado também em 1978. Na definição de “reportagem” feita ali está implicado um trabalho autoral sobre a escrita e marcado pelo testemunho. Autor, narrador e testemunha se fundem em um texto marcado pela observação crítica dos acontecimentos, cujo marco inicial passa a ser João do Rio, cronista e repórter (MEDINA, 1978, p. 62 ss). Esta é a definição que será apropriada, nos anos de 1980 e 1990, no conflito entre “antigos” e “novos” na profissão:

O que distingue a notícia da grande reportagem é o tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar. A matéria que amplia uma simples notícia de poucas linhas, aprofunda o fato no espaço e no tempo e esse aprofundamento (conteúdo informativo) se faz numa interação com a abordagem estilística. A reportagem seria, então, uma “narração noticiosa”.

[...] Através da contemplação de fatos que situam ou explicam o fato nuclear, através da pesquisa histórica de antecedentes, ou através da busca do humano permanente no acontecimento imediato – a reportagem leva a um quadro interpretativo do fato.

A narração torna-se indispensável: de relato direto, descritivo, numa estrutura hierárquica quase sempre padrão, por causa da concisão da notícia, a elaboração da reportagem precisa

da técnica de narrar. Foge-se aí das formas objetivas para fórmulas subjetivas, particulares e artísticas. O redator não tem à disposição recursos prontos, mas passa a criar. Nesse momento, só se diferencia do escritor de ficção pelo conteúdo informativo de sua narração, por isso narração noticiosa. (MEDINA, 1978, p. 134)

Outra importante distinção pode ser notada nesse período, dessa vez entre jornalismo e literatura. Nos trabalhos de Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, tanto em *Técnica de redação: o texto nos meios de informação*, de 1978, quanto em *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*, de 1986, a principal ênfase está na distinção entre “narrativa literária” e “narrativa informativa [jornalística]”. O conjunto dessas publicações demonstra que há um duplo movimento ocorrendo. Se, por um lado, a “reportagem”, na sua versão mais próxima da crônica, é celebrada como a essência do trabalho jornalístico, e autores como João do Rio passam, a partir desse momento, a serem monumentalizados, por outro, ela é remetida ao passado, ligada à história da profissão e aos jornalistas mais “antigos”, torna-se patrimônio e, ao mesmo tempo, símbolo identitário de grupos específicos de profissionais em oposição à “notícia”, que gradativamente será associada às novas gerações, saídas das escolas de jornalismo. É nesse contexto que grandes reportagens ganham um espaço editorial distinto e considerado de maior prestígio, o do livro impresso. E tantas outras, assim como seus autores e os veículos nos quais eram publicadas, são monumentalizadas e passam a ser vistas como importante patrimônio da profissão no país. O caso mais emblemático desse processo de monumentalização da reportagem talvez seja aquele pelo qual passou a Revista *Realidade* e os jornalistas a ela ligados (MORAES, 2017). Igual importância adquire, nesse período, a tese de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e Revolucionários: Nos Tempos da Imprensa Alternativa*, defendida em 1991 e publicada em 2003. Uma “memória” da profissão passa a ser construída cujo elemento central vem a ser a “reportagem”, em particular aquela que se caracteriza pela postura crítica e pelas suas qualidades autorais e narrativas.

Entre os *Manuais de Redação* publicados pelas grandes empresas de comunicação nos anos de 1980 e 1990 “reportagem” e “notícia” vão gradativamente adquirindo contornos cada vez mais precisos. No *Manual Geral*

da *Redação da Folha de S. Paulo*, de 1984, podemos encontrar ambos os verbetes:

Reportagem – Fazer uma *reportagem* é dirigir-se a um determinado local para, de volta à Redação, relatar ao leitor por meio de palavras e/ou imagens o que se passa ou e passou ali. Às vezes a *reportagem* textual pode ser feita pelo telefone [...]. A *reportagem* constitui o núcleo essencial do jornalismo (p. 73).

Notícia – É a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro dos fatos sem comentários nem interpretações (?). 1984, p. 62).

Mas é no *Manual de Redação e Estilo d'O Estado de S. Paulo*, de 1990, que a separação aparece de forma mais evidente e adquire contornos claramente hierárquicos. Outro detalhe que chama a atenção é o quanto essa definição se aproxima daquela elaborada por Medina (1978, p. 67):

Reportagem – A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e consequências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o, quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato: a reportagem pretende fazê-lo.

Não se trata de uma mera distinção entre gêneros textuais ou entre diferentes técnicas de escrita e de exposição de um acontecimento, ainda que ela seja inegável. Mais que isso, “reportagem” e “notícia” são termos que, a partir desse momento, passaram a designar fronteiras claras entre o trabalho intelectual e o trabalho técnico dentro da profissão²³. Enquanto a “reportagem”, apesar de seu caráter descritivo, deve possibilitar a análise de um acontecimento, a “notícia”, ao contrário, deve ser meramente descritiva. “Reportagem” e “notícia”, assim como “análise” e “descrição”, são termos que revelam as desigualdades e as relações de poder da profissão.

23 “Antigos” e “novos” passaram a ser termos utilizados muitas vezes como sinônimos de “intelectual” e “técnico”, ou de “crítico” e “acrítico”. A oposição entre os termos, estabelecida durante esse período, tornou-se de tal forma paradigmática na profissão, e “estruturante” das pesquisas então desenvolvidas, que não se produziu no Brasil, durante esse período e o imediatamente posterior, trabalhos sobre a “elite do jornalismo”, mas sim sobre “jornalistas intelectuais” (PEREIRA, 2008), ou sobre os “antigos” e os “novos” (TRAVANCAS, 1993; PEIXOTO, 1998).

O primeiro termo demarca o espaço da opinião e de uma maior liberdade para a escrita; o segundo deixa claro que ali não há nem pode haver opinião, assim como não há liberdade para a escrita.

A separação entre os termos representava não só um importante marcador das relações hierárquicas da profissão mas também que essa hierarquia se estruturava a partir da relação entre as grandes empresas de comunicação, de um lado; e as escolas de jornalismo, de outro. A defesa da "reportagem", entendida como sendo a "atividade modelo" da profissão, equivalia à defesa de uma qualidade a que apenas se poderia chegar por meio da "experiência profissional e crítica", algo que não seria possível, na opinião dessas empresas e de parte desses profissionais, por meio das escolas de jornalismo.

Os *Manuais* publicados nesse período representavam, dessa forma, peças-chave nas relações de poder e na disputa pelo "direito legítimo de transmissão da prática jornalística". Para as grandes empresas de comunicação, a distinção entre os dois termos possibilitava não apenas o ajuste a uma rotina industrial de produção de notícias, que se intensificava dia a dia, mas também que o texto noticioso, não opinativo, fosse deixado para os escalões mais baixos da profissão, para os "novos", os egressos das escolas de jornalismo e considerados os "menos capazes", ou seja, aqueles que não tinham passado pelo "aprendizado prático da redação do jornal".

Ainda como parte dessa disputa, as grandes empresas de comunicação lançam seus próprios cursos de formação profissional. Em parte, o surgimento desses cursos está ligado a mudanças ocorridas, em 1979, na legislação que, a partir daquele momento, proibia a contratação de estagiários (GHEDINI, 1998). Mas, em grande medida, esses cursos representavam – como ainda representam – parte do esforço para controlar o acesso às posições mais prestigiosas dessas empresas e, com isso, da profissão.

Oferecidos com regularidade a partir de final dos anos de 1980 e início de 1990, esses cursos passaram por diversas reformulações ao longo do tempo. Uma vez que são oferecidos pelas grandes empresas do setor, tornaram-se bastante procurados e concorridos. Atualmente, a maior parte dos jornalistas que trabalha nas redações desses grandes jornais passou por um desses cursos de formação (LOBO, 2010). Eles representam também

a possibilidade de contato direto com os grandes nomes da profissão que, durante o curso, deixam temporariamente seus afazeres para ministrarem pequenas palestras aos alunos, após as quais retornam a suas funções:

O principal atrativo dos cursos é a oportunidade de frequentarem a palestra dos jornalistas que estão localizados nas posições de maior prestígio, que já detêm nomes consagrados: os editores, os colunistas e os correspondentes internacionais [...]. São os jornalistas [situados] em posições hierarquicamente superiores na empresa que definem o que é jornalismo, baseados nas próprias experiências pessoais. (LOBO, 2010, p. 20).

A representação simbólica desses cursos é tão significativa que a passagem por eles tem maior valor, no momento de uma contratação, que os quatro anos cursados em uma escola de jornalismo (OLIVEIRA, 2010). Da mesma forma, e em função de seu valor simbólico, ser “aceito” em um desses cursos é vivenciado, pelos estudantes, como uma experiência de vitória profissional, a qual será maior no caso de contratação por uma dessas empresas.

No mesmo período, e também como estratégia para conferir legitimidade cultural ao jornalismo feito pelas grandes empresas, profissionais vindos de outras áreas foram contratados. O caso exemplar, naquele momento, foi o do jornal *Folha de São Paulo*, que contratou ex-alunos de cursos de graduação e de pós-graduação da área de ciências humanas da USP, como Matinas Suzuki e Marcelo Coelho²⁴, dentre outros, os quais assumiram, depois, as mais altas posições da empresa²⁵. A estratégia de contratação de profissionais da área de ciências humanas e saídos diretamente das grandes universidades não era recente, já havia sido adotada antes como forma de remediar a baixa qualificação profissional da área (ABRAMO, 1988), composta por jornalistas sem qualquer formação universitária. A maior diferença, no entanto, em relação à estratégia adotada anteriormente, residia na dupla representação simbólica almejada por essas contratações nos anos de 1980: significava tanto um esforço para conferir maior legitimidade cultural ao jornal quanto um esforço de desqualificação dos egressos das escolas de jornalismo frente a essas grandes empresas.

24 Embora Matinas Suzuki seja também ex-aluno do Jornalismo da ECA.

25 Para uma análise mais detida do caso *Folha de São Paulo*/USP nesse período, ver Chiamonte (2015) e Chiamonte e Hey (2018).

Mas a disputa pelo “direito legítimo de transmissão da prática profissional” não era uma exclusividade das grandes empresas de comunicação. Também as escolas de jornalismo, durante os anos de 1980 e 1990, empreenderam diversas ações no sentido de conferir e garantir para si a legitimidade desse “direito de transmissão”. A peça-chave nessa disputa, como já foi mencionado anteriormente, eram os “jornais laboratórios” das escolas, já objetos de grande discussão em final dos anos de 1970.

Como parte da estratégia simbólica para garantir maior legitimidade ao “aprendizado prático” promovido por essas escolas, também a questão da contratação passou a ser emblemática. Diferentemente, no entanto, a questão residia não na contratação de profissionais da área de ciências humanas, mas sim na contratação de jornalistas experientes e prestigiados para assumirem a responsabilidade pela condução dos “jornais laboratórios” dessas escolas²⁶. Caso exemplar, igualmente relacionado à USP, é a contratação, nos anos de 1980, de Bernardo Kucinski para conduzir o “jornal laboratório” do Jornalismo da ECA.

Ambas as situações – contratação de profissionais da área de humanas para ocuparem as posições de prestígio e comando de grandes empresas de comunicação²⁷ e contratação de jornalistas experientes para a condução das atividades práticas das escolas de jornalismo – são exemplares das disputas simbólicas, dos critérios de recrutamento social e das formas de dominação que passaram a marcar o jornalismo brasileiro a partir desse período. Representam estratégias diferentes e utilizadas desigualmente, caso queiramos pensar o conjunto das transformações pelas quais passaram a profissão nesse período no Brasil.

26 Essa passou a ser a estratégia adotada pela maioria das escolas de jornalismo que surgiram. Embora não haja ainda, no Brasil, nenhum censo da profissão que nos permita afirmar exatamente o número de profissionais que ocupam cargos na imprensa e nas escolas de jornalismo, nem as disciplinas que eles ministram nessas escolas, é prática corrente questionar o valor e a legitimidade dos cursos cujas disciplinas “práticas” não são oferecidas por “jornalistas profissionais”.

27 Evidentemente, posições encontradas nos grandes centros urbanos, em especial São Paulo e Rio de Janeiro.

4 A Emergência do “Jornalista Profissional”

Como mencionado anteriormente, o tom de agressividade de Ricardo Kotscho (1998) dirigido aos “novos”, aos “filhos da pauta”, expressa mudanças significativas nas formas de comando, de recrutamento, de legitimidade e, portanto, na rotina do jornalismo brasileiro. Esse período, que monumentalizou repórteres e reportagens, finda, paradoxalmente, fazendo da “notícia” a principal definição da profissão, ainda que a “reportagem” nunca tenha deixado de ser a sua “essência” (BERGAMO, 2011). Finda também fazendo do “colunismo”, e não da “reportagem”, a atividade de maior prestígio na profissão.

Esse processo explica-se, de certo modo, em função da exigência do diploma para o exercício da profissão, que promoveu, ao longo dos anos, tanto a emergência de um modelo profissional cujos critérios de legitimidade são relativamente distintos dos anteriores quanto uma significativa pressão para ampliar o mercado de trabalho²⁸ em setores não ligados diretamente ao jornalismo, mas que cobram sua identificação com a área. Emergiu desse processo uma geração que, assim como a anterior, escreveu sua própria história da profissão e estabeleceu, para si, novos monumentos. Evidentemente, não descartou a história que já havia sido monumentalizada pela geração anterior, de “antigos”, mas inseriu nesta novos “capítulos” e novos “marcadores temporais”.

Para essa geração, de “novos”, formada pelos “jornais-laboratório” das escolas de jornalismo e que considera os cursos oferecidos pelas grandes empresas de comunicação uma garantia de ascensão profissional, a introdução dos *Manuais de Redação e Estilo* da profissão é o seu mais importante marco histórico, verdadeiro divisor de águas, a partir do qual começa a emergir o jornalista “profissional”:

28 Evidentemente, a ampliação do mercado de trabalho para a profissão deve ter tido impacto direto no capital das relações sociais necessário para o trabalho nas redações, assim como o crescimento – do número de postos de trabalho e da importância – do telejornalismo no mesmo período. Uma análise mais detida desse processo, contudo, demandaria um conjunto ampliado e articulado de prosopografias do qual ainda não dispomos. Ainda que haja, no caso de uma fração da elite da profissão, um número considerável de depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias. Sobre isso, ver Moraes (2017).

Até a década de 1940, a maioria dos diários era ainda essencialmente instrumento político. [...] A imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas. Na década de 1950, isto começou a mudar, principalmente no Rio de Janeiro, onde o jornalismo empresarial foi pouco a pouco substituindo o político-literário. [...].

A imprensa foi deixando de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começou a ser pensada como um lugar neutro, independente. [...] Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica de ideias, das críticas mundanas e da produção literária, agora, ele passava a ser o “espelho” da realidade. Vistos como emergindo naturalmente do mundo real, os acontecimentos, concebidos como notícia, seriam a unidade básica de construção dos jornais. Na estruturação da notícia, o jornalismo adotou as técnicas norte-americanas do *lead* e da “pirâmide invertida”²⁹. O *lead* era a abertura do texto, o primeiro parágrafo, que devia resumir o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas básicas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê? Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. (RIBEIRO, 2003, p. 148-149).

Dessa forma, o *lead* e os *Manuais de Redação* possibilitaram a consolidação de uma forma própria de escrita para o texto jornalístico, que passou a ser, na definição de seus próprios profissionais, claro, imparcial e objetivo. Estabeleceu-se, dessa maneira, uma oposição de base linguística (RIBEIRO, 2003) entre as diferentes escritas que teve impactos os mais diversos sobre as formas de percepção do ofício (BERGAMO, 2014).

Nos depoimentos dos jornalistas que começaram a trabalhar ou já estavam trabalhando nos anos de 1950 e 1960, por exemplo, a redação passou a ser frequentemente descrita como sendo um espaço de sociabilidade “intelectual”. Não partilhando a identidade linguística que marca as novas gerações, formadas pelos *Manuais de Redação* e na técnica do *lead*, esses profissionais buscam suas raízes identitárias no período anterior, ou em tudo aquilo que lhe era particular, em especial o caráter “crítico” e “intelectual” que se acreditava característico dessa geração:

Tem um dado aí que é importante, antigamente a redação era um ponto de encontro em que você pegava um texto e dizia: “Ô, Fulano!”; “Peraí, José”. E aí vinha um outro e dizia assim: “Mas eu acho [...]”. As redações eram assim. [...] redações eram um convívio, onde os talen-

29 Introduzidas no Jornal *Diário Carioca* em 1950 por Pompeu de Souza.

tos geravam fagulhas que incendiavam o cara que estava lá na última mesa, mas que ouvia isso e dizia: “Porra, o cara falou isso, nunca mais vou esquecer”. Não tem mais isso. Virou um: eu estou aqui no meu artigo, o outro embrulha e manda. (*apud* PEREIRA, 2008, p. 313).

A persistência desse vocabulário e desse sistema de classificação – “antigos” e “novos”, “intelectuais” e “técnicos”, “críticos” e “alienados” – cria, ao longo do tempo, não apenas obstáculos às tentativas de identificação com a área, para os “antigos” e também para muitos dos “novos”, mas também obstáculos à compreensão de quais são, atualmente, suas formas de dominação e seus critérios de legitimação, os quais ganham contornos específicos durante esse período³⁰.

O campo do jornalismo passa a constituir-se com base em dois polos, os quais configuram mercados de trabalho específicos, embora interdependentes e não excludentes³¹: de um lado, as grandes empresas de comunicação, de outro, a Universidade, em especial as próprias escolas de jornalismo, para onde migra número significativo de jornalistas diplomados³². Entre esses dois polos, encontramos um mercado de trabalho bastante diversificado onde essa nova personagem, o jornalista “profissional” (diplomado), encontra espaço possível de atuação: editoras, partidos políticos,

30 Para uma análise do campo do jornalismo brasileiro no período do Regime Militar e da Redemocratização, assim como dos recursos para consagração utilizados pela elite dos jornalistas no período, ver Moraes (2017).

31 Para uma discussão de como as pesquisas sobre a indústria cultural conduzidas pela sociologia da cultura no Brasil vêm propondo uma ampliação e redefinição da concepção bourdieusiana de “campo”, ver Pinheiro e Bergamo (2018). Ressalta-se a significativa importância de Norbert Elias (2001) para a análise de “campos” estruturados a partir de “polaridades”.

32 A especificidade do caso brasileiro talvez possa ser mais bem compreendida se comparada com outros países. Na França, para continuarmos dentro do exemplo anteriormente citado, a Universidade e as grandes empresas de comunicação não podem ser pensadas enquanto polos opostos, entre os quais há uma visível tensão. Embora o diploma não seja uma condição legal para o exercício da profissão, para se chegar às posições de maior prestígio no jornalismo é quase que obrigatória a passagem por uma das escolas reconhecidas, em especial o *Centre de Formation des Journalistes* (CFJ), de Paris, e a *École Supérieure de Journalisme* (ESJ), de Lille, ambas privadas (Marchetti, 1997; Lafarge; Marchetti, 2011). A primeira obteve seu reconhecimento em 1947, e a segunda, em 1956. Nos anos de 1960 e 1970, duas outras escolas, públicas, obtiveram o reconhecimento (O *Centre Universitaire d'Étude du Journalisme* (CUEJ) de Strasbourg, em 1968, e o *Institut de Journalisme de Bordeaux Aquitaine* (IJBA), de Bordeaux, em 1975), mas as duas anteriores continuaram sendo as instituições de formação de maior prestígio e importância. Nos anos de 1980 e 1990, esse número dobra: quatro outras escolas obtêm o reconhecimento, apenas uma delas privada (O *IUT-Journalisme*, de Tours, em 1981, o *Centre d'Études Littéraires Supérieures Appliquées* (CELSA), de Paris, em 1981, a *École de Journalisme et de Communication de Marseille* (EJCM), em 1984, e o *Institut Pratique du Journalisme* (IPJ), de Paris, privada, em 1991). A passagem por essas escolas reconhecidas confere, dessa forma, maior “legitimidade” à profissão.

empresas, sindicatos etc. Atuam como redatores, revisores, documentaristas, organizadores de histórias institucionais e biografias, assessores de imprensa, assessores políticos, dentre tantas outras atividades. Trata-se de um mercado de trabalho que pode ser mais propriamente designado como "extrarredação", uma vez que envolve o domínio de técnicas e saberes específicos relacionados ao jornalismo, mas desenvolve-se fora do espaço das "redações" das grandes empresas de comunicação:

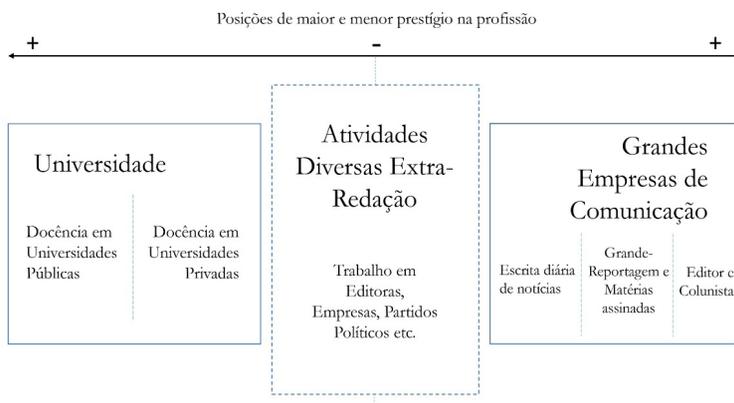


Figura 1 – Campo do Jornalismo no Brasil a partir dos anos de 1990 e 2000

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Cada um desses polos tem seus próprios critérios de hierarquização, posições de maior ou menor autoridade e formas de dominação, mas a conversão de recursos de um a outro é perfeitamente possível, ainda que não esteja isenta de conflitos. A persistência desse vocabulário e desse esquema classificatório tem também como resultado a consolidação de certos estereótipos, seja em relação ao jornalista, seja em relação ao intelectual, cujos moldes são também linguísticos, já que a linguagem jornalística é clara, direta, objetiva e imparcial, e a intelectual, por sua vez, tende a ser rebuscada, prolixa e sem objetividade³³.

33 O caso mais emblemático de tentativa de rebaixamento dos acadêmicos por parte dos jornalistas é o do conflito entre a *Folha de São Paulo* e a USP. Para isso, ver Chiaramonte e Hey (2018).

Jornalistas e intelectuais passam a olhar uns aos outros, portanto, com desconfiança.

Isso gera os mais diversos reflexos sobre as carreiras profissionais. Os mais novos, para os quais não apenas as carreiras jornalísticas representam uma possibilidade de trabalho, mas também as carreiras universitárias, vivenciam essa desconfiança de forma inescapável, uma vez que ela opera de ambos os lados. É o que podemos ver, por exemplo, no depoimento de Juremir Machado da Silva, jornalista e professor universitário:

Lá no jornal, os caras diziam: “Esse cara é um professor universitário, um acadêmico, ele faz umas coisas complicadas que o público não entende direito”. Ainda que, na universidade, muitas vezes dissessem o contrário: “Esse cara é um jornalista, um tanto superficial”. (Silva ano? *apud* PEREIRA, 2008, p. 392)³⁴

No contexto das grandes empresas de comunicação, o rebaixamento social imposto aos jovens diplomados, submetidos à criação de “narrativas sem autor”, de um lado, e a total liberdade e autonomia que marcam as posições de maior prestígio, de outro (BERGAMO, 2014), teve como resultado a concentração de poder e autoridade na figura do “colunista”, e não mais do repórter, ainda que a reportagem seja um dos mais importantes capitais simbólicos do ofício, sem o qual as carreiras de maior prestígio dificilmente podem ser alcançadas. Mas a reportagem gradativamente deixa de ser “atividade-fim” para tornar-se, cada vez mais, “atividade-formadora”, cujo caráter é eminentemente técnico, base para a produção de notícias e matérias jornalísticas. E a “grande reportagem”, tão prestigiada durante esse período, desloca-se em direção aos semanários e ao documentário. Importante lembrar que, bem antes disso, nos primeiros anos de 1970, teve já início um processo de substituição do “chefe de reportagem” pelo editor. Nas palavras de Medina (1978, p. 91): “[...] a era do chefe de reportagem terminava e a era dos editores, ou editorias, passa a representar as redações modernas”.

No campo do jornalismo como um todo, as atividades e posições consideradas de menor prestígio são aquelas designadas como “extrarredação”,

34 Entrevista de Juremir Machado da Silva

salvo quando seus profissionais podem converter recursos de algum dos dois grandes polos. Não é também incomum que um número grande de profissionais ocupe mais de uma posição³⁵. As mais altas, oferecidas pelas grandes empresas de comunicação, continuam sendo as mais prestigiosas, quadro que somente se modifica quando as carreiras seguem em direção às posições de maior prestígio do polo oposto, a universidade, onde estão os mais importantes intelectuais e teóricos da profissão, respeitados até mesmo por aqueles que ocupam as posições mais prestigiosas do outro polo. Evidentemente, as formas de percepção que esses profissionais podem ter de seu ofício, assim como de sua trajetória e das demais que observam, dependem da posição ocupada por eles no interior desse campo fortemente polarizado. Contudo, o fato de que esses profissionais ocupem mais de uma posição no interior desse campo, desenvolvendo atividades ora em um polo, ora em outro (ou mesmo em ambos), ora em um deles e em atividades extrarredação (MICK; LIMA, 2013), faz com que eles percebam sua própria história e trajetória profissionais – e não o campo, tal como está estruturado – como sendo marcadas por fraturas, cisões, e pela instabilidade própria a um contexto de forte polarização, as quais deixam de serem sentidas apenas quando se chega às posições de maior prestígio em um desses dois polos.

A emergência do “jornalista profissional”, durante esse período, com a ampliação do mercado de trabalho junto à Universidade e a um conjunto de atividades extrarredação, modifica consideravelmente a imagem que pode ser feita da profissão. O profissional que emerge ao final desse período, que adota como monumento e divisor de águas o *Manual de Redação*, é antes de tudo, um “profissional da escrita” (BERGAMO, 2014) que cobra para si uma imagem distinta da dos demais escritores profissionais, em especial aqueles ligados à literatura³⁶. Significa, portanto, que o jornalismo, ao menos no Brasil, não pode ser analisado, a partir desse período, dissociado, por um lado, da Universidade e, por outro, de um conjunto ampliado de atividades que demandam uma “escrita profissional” cuja

35 Para um panorama atualizado da profissão de jornalista no Brasil, ver Mick (2012) e Mick e Lima (2013).

36 Ainda que a escrita literária possa ser considerada um importante recurso simbólico para a profissão (MORAES, 2017).

característica principal é o trabalho de sistematização e tradução de informações a grupos diversos e heterogêneos de leitores.

Referências

- ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; SILVA, Marco Antonio Roxo da. Preparados, leis e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. **E-Compós**, v. 9, p. 1-30, 2007.
- ANTONIO, João. **Abraçado ao meu rancor**: contos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1972.
- BAHIA, Juarez. [1990]. **Jornal, história e técnica**. 2 vol. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada**: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação. Florianópolis: Insular, 2003
- BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil (1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARCELLOS, Caco. **Rota 66**. São Paulo: Globo, 1992.
- BERGAMO, Alexandre. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. **Mana** – Estudos de Antropologia Social, v. 17, n. 2, p. 233-269, 2011.
- BERGAMO, Alexandre. A escrita do presente: mudanças no status cultural do jornalismo. In: MICELI, Sergio; PONTES, Heloisa (org.). **Cultura e Sociedade**: Brasil e Argentina. São Paulo, Edusp, 2014. p. 211-239.
- BERGER, Christa (org.). **Jornalismo no cinema**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 22-43, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CARNEIRO, Maria Luiz Tucci; KOSSOY, Boris. **A imprensa confiscada pelo DEOPS (1924-1954)**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHIARAMONTE, Aline. **Lutas simbólicas e Doxa**: Jornalistas e acadêmicos no caso da “Lista dos Improdutivos” da Usp. Orientadora: Sylvia Gemignani Garcia. 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado

em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHIARAMONTE, Aline; HEY, Ana Paula. "Que a Usp descanse em paz!" Disputas simbólicas entre jornalistas e acadêmicos em fins dos anos de 1980. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, p. 250-276, 2018.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993.

CONY, Carlos Heitor. **Quase memória, quase romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Editora UnB, 2007.

DANTAS, Audálio (org.). **Repórteres**. São Paulo: Senac, 1998.

DELPORTE, Christian. **Histoire du journalisme et des journalistes en France**. Paris: PUF ("Que sais-je?"), 1995.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAERMAN, Marcos. **Com as mãos sujas de sangue – reportagens**. São Paulo: Global, 1979.

FERENCZI, Thomas. **L'Invention du journalisme en France**. Naissance du journalisme moderne à la fin du XIX siècle. Paris: Plon, 1993.

FERREIRA JR., Carlos Antonio Rogé. **Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas: discursos e contradiscursos, o Novo-Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livros-reportagem**. São Paulo: Edusp, 2003.

GHEDINI, Frederico Barbosa. **Os jornalistas na empresa-escola: as iniciativas da Editora Abril, de O Estado de São Paulo para triar e treinar seus futuros profissionais** Orientador: José Coelho Sobrinho. 1998. 00 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JAMBEIRO, Othom. A Formação do Jornalista diante do Novo Currículo. **Boletim Intercom**, n. 48, p. 35-37, 1984.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1986.

KOTSCHO, Ricardo. O pipoqueiro e os filhos da pauta. *In*: DANTAS, Audálio (org.). **Repórteres**. São Paulo: Senac, 1998. p. 183-197.

KUCINSKI, Bernardo. [1991]. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos Tempos da Imprensa Alternativa. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda** – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAFARGE, Géraud; MARCHETTI, Dominique. Les portes fermées du journalisme. L'espace social des étudiants des formations "reconnues". **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, v. 4, n. 189, p. 72-99, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985a.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1985b.

LOBO, Rodrigo Gomes. **Processos de socialização em jornalismo**: adestrando "focas" e treinando trainees. Orientador: ?. 2010. 00 f. Tese Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARCHETTI, Dominique. Contribution a une sociologie des transformations du champ journalistique dans les années 80 et 90. A propos d' "événements sida" et du "scandale du sang contaminé". **Sociologie**, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, [s. p.], 1997.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia**: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MELO, José Marques de; FADUL, Anamaria; SILVA, Carlos E. Lins da. **Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes, Intercom, 1979.

MICK, Jacques. A Expansão do Ensino de Jornalismo no Brasil e a Reconfiguração da Categoria Profissional (2000-2010). CFH-UFSC, 2012.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel (coord.). **Perfil do Jornalista Brasileiro**. Características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.

MORAES, Vaniucha de. A elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização. 2017. 00 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

OLIVEIRA, Michele Roxo de. O problema do lugar de treinamento e da autoridade do conhecimento no jornalismo. In: ANAIS DO VIII NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2010, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA; SBP]or, 2010. p. 1-16.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 3, n. 4, p. 31-42, 1998.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social.** Orientador:?. 2008. 00 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PINHEIRO, Dimitri; BERGAMO, Alexandre. Indústria cultural no Brasil e o balanço da sociologia: dois pesos, muitas medidas. *In: MICELI, Sérgio; MARTINS, Carlos Benedito (org.). Sociologia Brasileira Hoje II.* São Paulo: Ateliê Editorial, 2018. p. 89-143.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** Rio de Janeiro: CODECRI, 1978.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** São Paulo: Ática, 1987.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. **Dicionário de Comunicação.** São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, Literatura e Política: A Modernização da Imprensa Carioca nos Anos 1950.** Estudos Históricos, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937-1997 – história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RIEFFEL, Rémy. **L'Élite des journalistes.** Les hérauds de l'information. Paris: PUF, 1984.

RUELLAN, Denis. **Le professionnalisme du flou: identité et savoir-faire des journalistes français.** Grenoble: PUG, 1993.

RUELLAN, Denis. **Les “pro” du journalisme.** Paris: PUR, 1997.

SANTOS, Macelle Khouri. **Um olhar sobre o jornalismo: análise da representação do jornalismo no cinema hollywoodiano, de 1930 a 2000.** Orientador: Francisco José Castilhos Karam. 2009. 212 f. Dissertação - Programa de Pós- Graduação em Jornalismo - UFSC (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, UFSC, Florianópolis, 2009.

SENRA, Stella. **O último jornalista: imagens de cinema.** São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SILVA, Marco Antonio Roxo da. **Jornalistas, Pra Quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional.** Orientador: Afonso de Albuquerque. 2008. 280 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Comunicação - UFF (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Brasília, Niterói, UFF, 2007

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de redação: o texto nos meios de informação.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. Jornalista como personagem de cinema. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: Intercom, 2001. p. 1-13.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach sociólogo. **Tempo Social**, v. 16, n. 1, p. 61-91, 2004.

Recebido: 25/02/2019

Aceito: 30/03/2020

The "old" and the "young" in brazilian journalism of the 1980s and 1990s: a professional identity in dispute

Abstract

This paper discusses how, in the 1980s and the 1990s, important forms of domination and symbolic strategies were underlined in Brazilian journalism. For this, it discusses the changes in the journalists' labor market, the impact of the demand of Bachelor's degree for the exercise of the profession, the increase in number of schools and the importance of the adoption of specific rules for journalistic writing seeking the consolidation of a professional work and writing model. It shows how in the conflict between the "old" and the "young" journalists, which marked the two decades studied, the following topics were at play: modifications in the way of work and the profession's perception, in the hierarchy organization and social recruitment, as well as in the professional identity.

Keywords: Brazilian journalism. Professional identity. Journalism bachelor's degree. Field of journalism, sociology of culture.